

Ao Presidente da Comissão Permanente Licitações do
Município Fortaleza dos Valos-RS

PREF. MUN. DE FORTALEZA DOS VALOS	
MOD. <i>Imf 05/19</i>	
PROC. Nº	FL. <i>246</i>

João

Recurso administrativo contra não qualificação como Empresa
de Pequeno Porte

Tomada de Preços nº 05/2019

A empresa GILBERTO MOELHECKE & CIA LTDA -EPP, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 02.986.138/0001-37, representada pelo sócio Gilberto Moelhecke, com fundamento na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, mais precisamente o artigo 109, inciso I, alínea "a)", vem, perante V. Exa., interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO contra a equivocada decisão proferida por essa respeitável Comissão Permanente de Licitações que ao receber documentos de Habilitação na sessão pública realizada em 24 de junho de 2019, não qualificou como Empresa de Pequeno Porte-EPP a recorrente, o que faz pelas seguintes razões de fato e de direito:

1. Tempestividade do recurso

Realizada sessão pública de recebimento de propostas em 24 de junho de 2019, momento em que foram analisados documentos constantes do Envelope nº1 habilitação, conforme previsão expressa no edital de licitação que segue o preceito do Art. 109 cabe recurso no prazo de 5 dias úteis, e na contagem do prazo, conforme Art. 110 exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do

[Assinatura]

final. Tem-se como prazo derradeiro o dia 1º de julho para apresentação do recurso.

PREF. MUN. DE FORTALEZA DOS VALOS	
MOD. <i>Imp</i>	<i>05/2019</i>
PROC. Nº	FL. <i>247</i>

Quar

2. - Da motivação do recurso

A Empresa GILBERTO MOELHECKE & CIA LTDA -EPP apresentou documentação completa conforme exigido no edital, foi considerada habilitada, porém, sem os benefícios da Lei Complementar 123/06, situação que poderá lhe causar prejuízos visto que concorre com uma empresa qualificada como tal.

Busca pelo presente recurso reforma da decisão, visto que, sua não-qualificação deu-se por excesso de formalismo, assim vejamos:

A LC 123/2006 exige, nos termos do art. 43, que as Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte apresentem documentação que comprove apenas a regularidade fiscal, veja-se:

Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Ora, pelo princípio da reserva legal, o Edital não pode impor condições que limitem direitos garantidos por Lei Complementar às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tampouco exigir documentação diversa da que a lei exige.

Desse modo, não pode ser desconsiderada a condição de Empresa de Pequeno Porte da recorrente pelo simples fato de a declaração que foi entrega fora dos envelopes tem modelo diverso do exemplo do edital. A certidão expedida pela Junta Comercial e a Declaração firmada pelo contador

[Assinatura]

Quora

da empresa são documentos suficientes para provar a sua condição. Além do que dentro do envelope de Habilitação foi entregue outra declaração, esta sim nos moldes do edital, assinada pelo contador e representante da empresa.

Configura excesso de formalismo exigir que a declaração esteja fora do envelope, uma vez que na modalidade Tomada de Preços a fase de habilitação ocorre antes do recebimento das propostas.

Ademais, certidão expedida pela Junta Comercial é documento apto para comprovar a condição de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, posto que o enquadramento como ME ou EPP depende da receita bruta anual, não de mera denominação.

O art. 3º da LC nº 123/2006 conceitua micro empresa, *in verbis*:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igualou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II -

no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Há excesso de formalismo na análise da Comissão Permanente de Licitações ao não conceder os benefícios da lei Complementar 123/2006 a Empresa recorrente, motivo pelo qual requer reforma da decisão para receber os benefícios da Lei na etapa seguinte do certame.

[Assinatura]

O critério adotado no edital, de entrega da declaração de enquadramento fora dos envelopes, justifica-se apenas na modalidade Pregão, em que o recebimento das propostas antecede a análise da documentação de habilitação.

Portanto, estando a declaração dentro do envelope n° 1 nos moldes do edital, aliado ao fato que fora do envelope foi entregue a certidão a junta comercial com outra declaração na qual não constou assinatura do responsável da empresa, somente do contador, foram plenamente preenchidas as exigências da LC 123/2006, não havendo motivo para que os benefícios não sejam concedidos ao recorrente.

DIANTE DO EXPOSTO REQUER:

- A) O recebimento do presente recurso;
- B) Seja processado e julgado na forma do Art. 109 e seguintes da Lei 8.666/93;
- C) Seja julgado procedente o recurso para conceder os benefícios da Lei Complementar 123/2006 a Empresa GILBERTO MOELHECKE & CIA LTDA -EPP.

Quinze de Novembro, 1° de julho de 2019.



Gilberto Moelhecke

Representante Legal da Empresa
GILBERTO MOELHECKE & CIA LTDA - EPP

02.986.138/0001-37

GILBERTO MOELHECKE & CIA. LTDA.

Rua General Firmino de Paula, 391

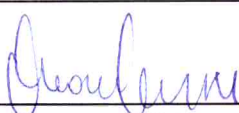
Sala A - Centro

CEP 98.230.000

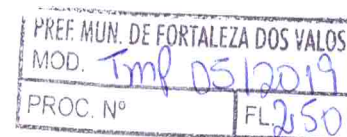
QUINZE DE NOVEMBRO - RS



EITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS VALOS
Fortaleza dos Valos/RS

PROTOCOLO
Data: 01/07/2019 14:25:06
Processo: 549/2019
 Visto

REQUERIMENTO



Requerente: Gilberto Moelhecke e Cia Ltda

CPF/CNPJ: 02.986.138/0001-37

Telefone: (54) 3322-1154

E-Mail: moelheckepavi@yahoo.com

Endereço: RUA ALBERTO SCHMIDT - 698 - -

Bairro: CENTRO

Cidade: Quinze de Novembro

Identidade:

Celular:

Número: 0

CEP: 98.230-000

Estado: RS

Representante: Gilberto Moelhecke

CPF/CNPJ: 413.616.600-15

Telefone:

E-Mail:

Endereço: Rua General Firmino de Paula

Bairro: Centro

Cidade: Quinze de Novembro

Identidade: 6029710991

Celular:

Número: 391

CEP: 98.230-000

Estado: RS

Setor Destino:

Assunto: Recurso Administrativo

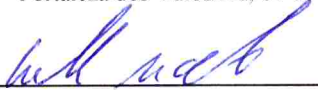
Descrição do Assunto:

Recurso Administrativo contra a decisão da Comissão de Licitação que desabilitou a empresa Gilberto Moelhecke e Cia Ltda, no momento do credenciamento, na licitação modalidade Tomada de Preços n.º 005/2019, para concorrer ao certame na condição de Micro Empresa.

N. Termos

P. Deferimento

Fortaleza dos Valos/RS, 01 de julho de 2019



Gilberto Moelhecke
413.616.600-15

Endereço Online:

Código de Verificação: C3N5-DB0C